

**ENOQUE RIBEIRO DOS SANTOS  
RICARDO ANTONIO BITTAR HAJEL FILHO**



# **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 10.04.2017

- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

---

S234c

Santos, Enoque Ribeiro dos

Curso de direito processual do trabalho / Enoque Ribeiro dos Santos, Ricardo Antonio Bittar Hajel Filho. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-97-01213-2

1. Direito do trabalho - Brasil. I. Hajel Filho, Ricardo Antonio Bittar. II. Título.

17-40873

CDU: 349.2(81)

## SUMÁRIO

.....	
<b>CAPÍTULO I – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>1</b>
1.1    Conceito .....	1
1.2    Natureza jurídica .....	3
1.3    Autonomia do Direito Processual do Trabalho.....	3
<b>CAPÍTULO II – HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>9</b>
2.1    Breves observações sobre a evolução do Direito Processual do Trabalho em alguns países do mundo .....	9
2.1.1    França.....	9
2.1.2    Itália.....	10
2.1.3    Alemanha.....	10
2.1.4    Estados Unidos .....	10
2.1.5    Grã-Bretanha.....	12
2.2    Evolução no Brasil.....	12
<b>CAPÍTULO III – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....</b>	<b>17</b>
3.1    Fontes materiais.....	17
3.2    Fontes formais.....	17
<b>CAPÍTULO IV – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>29</b>
4.1    Interpretação do Direito Processual do Trabalho.....	29
4.1.1    Técnicas de interpretação da lei.....	32
4.1.1.1    Quanto ao método .....	32
4.1.1.2    No tocante à origem.....	36
4.1.1.3    Quanto aos resultados.....	36

4.2	Integração.....	37
4.3	As lacunas da Lei Processual Trabalhista, o art. 769 da CLT e a aplicação subsidiária do atual Código de Processo Civil .....	40
4.4	Aplicação .....	45
4.5	Eficácia da norma.....	45
4.5.1	Aplicação da norma processual no tempo .....	52
4.5.2	Aplicação da norma processual no espaço.....	53
<b>CAPÍTULO V – FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS...</b>		59
5.1	Autodefesa.....	61
5.2	Autocomposição.....	61
5.3	Heterocomposição .....	67
5.3.1	Arbitragem .....	67
5.3.2	Jurisdição .....	79
<b>CAPÍTULO VI – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....</b>		85
6.1	Introdução.....	85
6.2	Tribunal Superior do Trabalho.....	85
6.3	Tribunais Regionais do Trabalho .....	88
6.4	Varas do Trabalho .....	90
6.5	Da magistratura do trabalho: ingresso, garantias e vedações.....	91
6.6	Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho .....	93
<b>CAPÍTULO VII – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO .....</b>		95
7.1	Origem e conceito .....	95
7.2	O Ministério Público do Trabalho e a Constituição de 1988.....	96
7.3	Estrutura organizacional .....	101
7.3.1	Princípios institucionais .....	101
7.4	Garantias, prerrogativas e proibições .....	102
7.4.1	Garantias.....	102
7.4.2	Prerrogativas .....	103
7.4.3	Vedações .....	104
7.5	Ministério Público do Trabalho .....	105
7.5.1	Ministério Público do Trabalho: metas e atribuições.....	106
7.6	Conselho Nacional do Ministério Público.....	117
<b>CAPÍTULO VIII – PRINCÍPIOS PROCESSUAIS .....</b>		119
8.1	Aspectos introdutórios .....	119
8.2	Princípios constitucionais .....	122
8.2.1	Princípio da igualdade ou isonomia .....	122
8.2.2	Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário ou acesso ao Poder Judiciário .....	126

8.2.3	Princípio do contraditório e princípio da ampla defesa .....	129
8.2.4	Princípio da imparcialidade do juiz .....	130
8.2.5	Princípio da motivação das decisões.....	131
8.2.6	Princípio do devido processo legal.....	132
8.2.7	Princípio da razoável duração do processo.....	132
8.2.8	Princípio do juiz natural.....	133
8.2.9	Princípio da liceidade das provas .....	133
8.2.10	Princípio da autoridade competente .....	134
8.2.11	Princípio da publicidade dos atos processuais.....	134
8.2.12	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	135
8.3	Princípios do processo civil .....	136
8.3.1	Princípio da demanda ou da ação .....	136
8.3.2	Princípio da concentração dos atos processuais.....	137
8.3.3	Princípio da oralidade.....	137
8.3.4	Princípio da instrumentalidade.....	139
8.3.5	Princípio da cooperação .....	139
8.4	Princípios do processo do trabalho .....	140
8.4.1	Princípio do <i>jus postulandi</i> .....	140
8.4.2	Princípio da proteção .....	140
8.4.3	Princípio da conciliação .....	142
8.4.4	Princípio da normatização coletiva.....	142
8.4.5	Princípio da ultrapetição .....	143

## **CAPÍTULO IX – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....**

9.1	Competência: conceitos introdutórios .....	145
9.2	Regras gerais para se verificar qual o órgão competente .....	146
9.3	Crítérios fixadores da competência .....	147
9.4	Classificação.....	150
9.4.1	Competência originária e derivada .....	150
9.4.2	Competência relativa e competência absoluta.....	150
9.4.3	Competência de juízo ou por distribuição.....	151
9.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	152
9.6	Competência da Justiça do Trabalho .....	153
9.6.1	Competência material da Justiça do Trabalho ( <i>ratione materiae</i> ) ...	154
9.6.1.1	Relação de trabalho .....	158
9.6.1.2	Relação de trabalho e relação de consumo .....	159
9.6.1.3	Relação de trabalho e servidores da administração pública.....	164
9.6.1.4	Relação de trabalho e entes de direito público externo ....	168
9.6.1.5	Competência para ações envolvendo o exercício do direito de greve .....	170
9.6.1.6	Ações envolvendo sindicatos e suas representações ....	172

9.6.1.7	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> ...	173
9.6.1.8	Dano patrimonial e dano moral .....	175
9.6.1.9	Penalidades administrativas aplicadas pelo Poder Executivo.....	177
9.6.1.10	Contribuições previdenciárias .....	177
9.6.1.11	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho .....	180
9.6.2	Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ) .....	180
9.6.3	Competência em razão da função .....	181
9.6.3.1	Varas do Trabalho.....	182
9.6.3.2	Tribunais Regionais do Trabalho .....	182
9.6.3.3	Tribunal Superior do Trabalho .....	183
9.6.4	Competência territorial ou de foro .....	186
9.6.5	Modificação da competência na Justiça do Trabalho .....	192
9.6.6	Conflitos de competência .....	196
9.6.7	Incompetência da Justiça do Trabalho.....	197
<b>CAPÍTULO X – AÇÃO TRABALHISTA</b> .....		201
10.1	Aspectos gerais .....	201
10.2	Conceito e natureza jurídica .....	202
10.3	Condições da ação no Código de Processo Civil de 2015 .....	205
10.3.1	Legitimidade das partes .....	206
10.3.2	Interesse de agir .....	208
10.3.3	Possibilidade jurídica do pedido .....	209
10.4	Momentos para se verificar as condições da ação .....	209
10.5	Elementos da ação.....	210
10.5.1	Partes .....	211
10.5.2	Causa de pedir.....	211
10.5.3	Pedido .....	213
10.6	Classificação das ações .....	214
10.6.1	Ação de conhecimento ou cognitivas .....	214
10.6.2	Ações executivas .....	216
10.6.3	Ação cautelar .....	216
10.6.4	Ação mandamental.....	216
10.6.5	Ação executiva <i>lato sensu</i> .....	217
<b>CAPÍTULO XI – PROCESSO E PROCEDIMENTO</b> .....		219
11.1	Aspectos introdutórios .....	219
11.2	Pressupostos processuais.....	221
11.3	Pressupostos processuais de existência .....	222
11.4	Pressupostos processuais de validade .....	222
11.5	Pressupostos processuais negativos .....	224

11.6	Procedimento.....	224
11.6.1	Procedimento comum .....	225
11.6.2	Procedimento especial .....	228
11.7	Procedimento para ações que não envolvam relação de emprego e para ações especiais que tramitam na Justiça do Trabalho.....	228
<b>CAPÍTULO XII – ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS .....</b>		<b>231</b>
12.1	Atos processuais .....	231
12.2	Espécies de atos processuais .....	233
12.3	Termos processuais .....	234
12.4	Forma dos atos processuais.....	234
12.5	Comunicação dos atos processuais.....	238
12.6	Prazos processuais.....	244
12.6.1	Preclusão.....	245
12.6.2	Contagem do prazo .....	246
12.6.3	Suspensão e interrupção dos prazos .....	248
12.6.4	Principais prazos e prazos diferenciados.....	248
12.7	Nulidades processuais.....	250
12.7.1	Princípios das nulidades processuais .....	253
12.7.1.1	Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade.....	253
12.7.1.2	Princípio do prejuízo ou da transcendência.....	253
12.7.1.3	Princípio da convalidação ou da preclusão .....	254
12.7.1.4	Princípio da economia processual.....	255
12.7.1.5	Princípio do interesse.....	255
12.7.1.6	Princípio da utilidade.....	256
<b>CAPÍTULO XIII – PARTES E PROCURADORES.....</b>		<b>257</b>
13.1	Partes.....	257
13.2	Capacidade de ser parte.....	258
13.3	Capacidade de estar em juízo (capacidade processual) .....	259
13.3.1	Representação e assistência no direito processual .....	262
13.4	Capacidade postulatória.....	266
13.5	Substituição processual.....	273
13.5.1	Legitimação extraordinária .....	276
13.5.2	Legitimação autônoma.....	277
13.5.3	Representatividade adequada e pertinência temática.....	278
13.6	Sucessão processual.....	282
13.7	Litisconsórcio.....	284
13.7.1	Conceito e classificação .....	284
13.7.2	Efeitos ou regime do litisconsórcio .....	289

13.8	Deveres das partes.....	290
13.9	Despesas processuais .....	293
13.10	Assistência judiciária gratuita e benefício da justiça gratuita .....	297
13.11	Honorários advocatícios .....	300
<b>CAPÍTULO XIV – PETIÇÃO INICIAL .....</b>		<b>303</b>
14.1	Noções introdutórias .....	303
14.2	Requisitos da petição inicial .....	305
14.3	Pedido .....	312
14.3.1	Regras .....	312
14.3.2	Cumulação dos pedidos.....	313
14.3.3	Requisitos para cumulação de pedidos.....	315
14.4	Indeferimento da petição inicial .....	316
14.5	Da improcedência liminar do pedido .....	317
<b>CAPÍTULO XV – AUDIÊNCIA .....</b>		<b>321</b>
15.1	Conceito .....	321
15.2	Aspectos gerais .....	323
15.3	Procedimento e regras da audiência trabalhista .....	325
15.3.1	Local, horário e duração .....	325
15.3.2	Audiência una e em prosseguimento.....	327
15.3.3	Do procedimento e do comparecimento das partes .....	329
15.3.4	Da ausência das partes e seus efeitos .....	335
<b>CAPÍTULO XVI – RESPOSTA DO RÉU.....</b>		<b>339</b>
16.1	Considerações iniciais .....	339
16.2	Contestação .....	340
16.2.1	Defesas processuais .....	340
16.2.2	Defesa do mérito.....	344
16.2.2.1	Defesa direta .....	344
16.2.2.2	Defesa indireta .....	345
16.3	Das exceções .....	364
16.3.1	Exceção de suspeição e impedimento.....	366
16.3.2	Procedimento para alegação .....	368
16.3.3	Exceção de incompetência .....	370
16.4	Reconvenção .....	371
16.5	Revelia.....	374
<b>CAPÍTULO XVII – DAS PROVAS .....</b>		<b>379</b>
17.1	Conceito .....	379
17.2	Classificação das provas .....	380
17.3	Princípios probatórios .....	381



17.4	Objeto da prova .....	383
17.4.1	Carteira profissional .....	384
17.5	Ônus da prova.....	385
17.5.1	Aspectos subjetivos e objetivos do ônus da prova.....	386
17.6	Crítérios de avaliação da prova pelo juiz .....	391
17.7	Meios e fontes de provas.....	393
17.8	Proibição da prova ilícita.....	393
17.9	Prova emprestada .....	395
17.10	Produção antecipada da prova.....	397
17.11	Meios de prova .....	398
17.11.1	Depoimento pessoal e interrogatório .....	398
17.11.2	Confissão .....	400
17.11.2.1	Espécies de confissão .....	401
17.11.3	Documentos .....	404
17.11.4	Arguição de falsidade documental.....	407
17.11.5	Exibição de documento ou coisa .....	408
17.11.6	Ata notarial.....	410
17.11.7	Prova testemunhal.....	410
17.11.8	Prova pericial .....	415
17.11.9	Inspecção judicial.....	421

## **CAPÍTULO XVIII – DA FASE DECISÓRIA .....**

18.1	Sentença.....	423
18.2	Espécies (fundamentos) da sentença.....	425
18.2.1	Hipóteses de sentença sem resolução do mérito: art. 485 do CPC/2015.....	426
18.2.2	Hipóteses de sentenças com resolução do mérito: art. 487 do CPC .....	429
18.3	Requisitos da sentença.....	430
18.4	Classificação das sentenças .....	433
18.4.1	Sentenças declaratórias.....	434
18.4.2	Sentenças constitutivas .....	434
18.4.3	Sentenças condenatórias.....	435
18.4.4	Sentenças mandamentais .....	436
18.4.5	Sentenças executivas <i>lato sensu</i> .....	436
18.5	Hipoteca judiciária.....	437
18.6	Defeitos da sentença .....	438
18.7	Intimação da sentença .....	442
18.8	Juízo de retratação.....	442

## **CAPÍTULO XIX – COISA JULGADA.....**

19.1	Introdução e conceito .....	443
19.2	Coisa julgada: formal e material.....	446

19.3	Sistema de formação ou produção da coisa julgada .....	449
19.4	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada .....	455
19.4.1	Limites objetivos .....	455
19.4.2	Limites subjetivos da coisa julgada .....	457
<b>CAPÍTULO XX – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....</b>		<b>459</b>
20.1	Conceito e características .....	459
20.2	Natureza jurídica dos recursos .....	461
20.3	Distinção entre recursos e outros meios de impugnação .....	461
20.4	Classificação dos recursos .....	471
20.4.1	Quanto à extensão do inconformismo ou da matéria impugnada .....	471
20.4.2	Quanto à fundamentação: de fundamentação vinculada e de fundamentação livre.....	472
20.4.3	Quanto ao objeto imediato do recurso: extraordinário e ordinário .....	472
20.4.4	Quanto à independência/autonomia do recurso: autônomo ou dependente .....	473
20.5	Princípios recursais no processo do trabalho.....	475
20.5.1	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	475
20.5.2	Princípio da taxatividade .....	477
20.5.3	Princípio da singularidade, unirrecorribilidade ou unicidade recursal .....	478
20.5.4	Princípio da conversibilidade ou fungibilidade.....	478
20.5.5	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	480
20.5.6	Princípio da dialeticidade .....	480
20.5.7	Princípio da consumação .....	481
20.5.8	Princípio da voluntariedade.....	482
20.6	Peculiaridades dos recursos trabalhistas.....	482
20.7	Efeitos dos recursos.....	483
20.7.1	Efeito obstativo .....	483
20.7.2	Efeito devolutivo .....	484
20.7.3	Efeito suspensivo .....	486
20.7.4	Efeito translativo .....	487
20.7.5	Efeito extensivo .....	487
20.7.6	Efeito substitutivo .....	488
20.7.7	Efeito regressivo .....	488
20.8	Juízo de admissibilidade .....	488
20.9	Pressupostos recursais .....	489
20.9.1	Pressupostos intrínsecos.....	490
20.9.2	Pressupostos extrínsecos .....	493
20.10	Contrarrazões.....	505
20.11	Documentos na fase recursal .....	505

<b>CAPÍTULO XXI – RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>507</b>
21.1 Recurso ordinário.....	507
21.1.1 Juízo de retratação .....	509
21.1.2 Processamento do recurso ordinário .....	510
21.1.3 Recurso ordinário no rito sumaríssimo .....	511
21.2 Recurso de revista .....	512
21.2.1 Requisitos de admissibilidade do recurso de revista .....	513
21.2.2 Hipóteses de cabimento .....	515
21.2.3 Recurso de revista na fase de execução .....	520
21.2.4 Recurso de revista no rito sumaríssimo .....	521
21.2.5 Processamento do recurso de revista .....	521
21.2.6 Uniformização de jurisprudência.....	523
21.2.7 Recurso de revista em demandas repetitivas .....	525
21.3. Recurso de embargos no TST .....	530
21.3.1 Embargos infringentes .....	531
21.3.2 Embargos de divergência.....	532
21.4 Agravo de petição.....	534
21.5 Agravo de instrumento.....	536
21.6 Agravo regimental ou interno .....	538
21.7 Embargos de declaração .....	539
21.7.1 Hipóteses de cabimento .....	539
21.7.2 Embargos de declaração com efeito infringente (modificativo) .....	540
21.7.3 Embargos de declaração e o prequestionamento .....	541
21.7.4 Do processamento dos embargos de declaração .....	542
21.7.5 Embargos de declaração protelatórios .....	542
21.8 Recurso adesivo .....	543
21.9 Pedido de revisão.....	544
21.10 Incidentes processuais .....	544
21.10.1 Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	547
21.10.2 Incidente de resolução de recursos repetitivos (IRRR) .....	547
21.10.3 O incidente de resolução de recursos repetitivos e a Lei 13.015, de 21 de junho de 2014 .....	549
<b>CAPÍTULO XXII – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....</b>	<b>553</b>
22.1 Aspectos Introdutórios .....	553
22.2 Liquidação por cálculos.....	555
22.3 Liquidação por arbitramento.....	557
22.4 Liquidação por artigos.....	558
22.5 Natureza jurídica da sentença de liquidação .....	559
22.6 Impugnação à sentença de liquidação .....	561

<b>CAPÍTULO XXIII – EXECUÇÃO TRABALHISTA .....</b>	<b>563</b>
23.1 Aspectos introdutórios .....	563
23.2 Títulos executivos.....	564
23.3 Princípios estruturais da execução.....	566
23.4 Execução provisória e definitiva .....	568
23.4.1 Execução provisória .....	569
23.4.2 Execução definitiva .....	575
23.5 Legitimidade .....	575
23.5.1 Legitimidade ativa .....	575
23.5.2 Legitimidade passiva .....	576
23.6 Responsabilidade patrimonial .....	577
23.6.1 Responsabilidade patrimonial na sucessão trabalhista .....	578
23.6.2 Responsabilidade da empresa pertencente ao mesmo grupo econômico que não tenha participado do processo na fase de conhecimento.....	578
23.6.3 Responsabilidade do devedor subsidiário .....	579
23.6.4 Responsabilidade do sócio .....	581
23.6.5 Responsabilidade de ex-sócios e administradores no âmbito trabalhista .....	585
23.6.5.1 Responsabilidade patrimonial de ex-sócios pelas dívidas trabalhistas empresariais .....	590
23.7 Fraude contra credores e fraude à execução.....	595
23.8 Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	599
23.8.1 Penhora.....	600
23.8.2 Defesa na execução.....	603
23.8.2.1 Embargos .....	603
23.8.3 Exceção de pré-executividade.....	606
23.8.4 Prescrição intercorrente.....	607
23.8.5 Trâmites finais da execução.....	608
23.8.5.1 Arrematação .....	608
23.8.5.2 Adjudicação .....	611
23.8.5.3 Remição da execução .....	612
23.9 Execução contra a Fazenda Pública.....	612
23.9.1 Legitimidade passiva.....	613
23.9.2 Cumprimento da decisão .....	613
23.9.3 Recurso .....	615
23.9.4 Precatório.....	615
23.9.5 Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	618
23.10 Execução sobre as parcelas previdenciárias .....	619
23.10.1 Termos de conciliação homologados judicialmente – acordo judicial .....	620

23.10.2 Sentença judicial.....	621
23.11 Execução de obrigação de fazer e não fazer .....	623
<b>CAPÍTULO XXIV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS .....</b>	<b>625</b>
24.1 Conceito de procedimentos especiais.....	626
24.2 Requisitos dos procedimentos especiais .....	626
24.2.1 Requisito material.....	626
24.2.2 Requisito processual.....	627
24.3 Características dos procedimentos especiais .....	627
24.4 Instrução Normativa 39/2016.....	629
24.5 Dissídio coletivo de trabalho .....	634
24.5.1 Negociação coletiva de trabalho .....	638
24.5.2 A Emenda Constitucional 45/2004 e os reflexos no poder normativo.....	641
24.5.3 O “comum acordo” (§ 2º do art. 114 da Constituição Federal) ....	642
24.5.4 Limites do poder normativo pelos Tribunais do Trabalho .....	647
24.5.4.1 Limite mínimo .....	647
24.5.4.2 Limite máximo .....	649
24.5.5 O papel do Ministério Público do Trabalho nos dissídios coletivos .....	650
24.5.5.1 Dissídio coletivo ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho.....	654
24.5.6 Sentença normativa .....	655
24.5.7 Dissídio coletivo de greve de servidores públicos estatutários...	658
24.5.8 Tutela provisória de urgência com caráter satisfativo.....	665
24.5.9 Coisa julgada formal e material na sentença normativa .....	667
24.6 Ação de cumprimento .....	671
24.6.1 Conceito.....	671
24.6.2 Natureza jurídica da ação de cumprimento .....	673
24.6.3 Competência .....	677
24.6.4 Objeto da ação de cumprimento .....	677
24.6.5 Coisa julgada .....	678
24.6.5.1 Coisa julgada <i>erga omnes</i> .....	678
24.6.5.2 Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	679
24.6.5.3 Coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> .....	681
24.6.6 Litispendência da ação de cumprimento coletiva com a ação individual .....	691
24.7. Inquérito para apuração de falta grave.....	693
24.7.1. Conceito.....	693
24.7.2. Processamento .....	694
24.7.3. Prazo.....	695
24.7.4. Efeitos da sentença judicial .....	696

<b>CAPÍTULO XXV – AÇÕES CIVIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO .....</b>	<b>697</b>
25.1 Ação rescisória.....	697
25.1.1 Hipóteses de cabimento da ação rescisória .....	700
25.1.2 Competência .....	712
25.1.3 Legitimidade.....	713
25.1.4 Rescisória em relação à sentença homologatória de acordo individual .....	714
25.1.5 Juízo rescindente e rescisório.....	715
25.1.6 Petição inicial.....	717
25.1.7 Processamento .....	719
25.1.8 Prazo.....	721
25.1.9 Recurso .....	722
25.2 Mandado de segurança .....	723
25.2.1 Conceito.....	723
25.2.2 Competência .....	724
25.2.3 Hipóteses de cabimento e peculiaridades do mandado de segurança .....	726
25.2.4 Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança .....	728
25.2.5 Processamento .....	731
25.2.6 Mandado de segurança coletivo .....	734
25.2.7 Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor mandado de segurança coletivo.....	736
25.2.8 Recursos.....	738
25.2.9 Prazos recursais .....	739
25.3 <i>Habeas corpus</i> .....	739
25.3.1 Processamento .....	742
25.4 <i>Habeas data</i> .....	742
25.5 Ação de consignação em pagamento.....	746
25.6 Ação anulatória (de nulidade) de cláusula ou de acordo ou convenção coletiva de trabalho .....	750
25.6.1 Denominação.....	753
25.6.2 Natureza jurídica .....	754
25.6.3 Objeto .....	758
25.6.4 Legitimidade ativa .....	760
25.6.5 Legitimidade passiva .....	768
25.6.6 Competência material para julgamento das ações anulatórias...	769
25.6.7 Competência hierárquica ou funcional para julgamento das ações anulatórias .....	770
25.6.8 Reflexos processuais da decisão judicial .....	772

25.7	Ação monitória.....	775
25.7.1	Conceito.....	775
25.7.2	Processamento .....	776
25.8	Ações possessórias .....	778
25.8.1	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho.....	778
25.8.2	Processamento .....	778
25.8.3	Interdito proibitório .....	779
25.9	Tutelas provisórias.....	780
25.9.1	Tutela provisória e sua classificação atual .....	781
25.9.2	Prazo de duração da tutela provisória.....	781
25.9.3	Poder geral de cautela e de satisfação do direito material.....	782
25.9.4	Pressupostos da tutela de urgência.....	782
25.9.5	Tutela provisória de urgência de natureza cautelar .....	783
25.9.6	Arresto .....	783
25.9.7	Sequestro.....	784
25.9.8	Busca e apreensão .....	785
25.9.9	Exibição.....	785
25.9.10	Produção antecipada de provas .....	785
25.9.11	Justificação.....	786
25.9.12	Protesto, notificação e interpelação .....	787
25.9.13	Atentado.....	787
25.9.14	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	788
25.9.15	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	791
25.9.16	Da tutela da evidência.....	794
25.9.16.1	Conceito.....	794
25.9.16.2	Hipóteses de tutela de evidência.....	794
25.10	Inquérito civil.....	795
25.10.1	Referências nos textos legais federais e estaduais.....	796
25.10.2	Natureza jurídica do inquérito civil.....	798
25.10.3	Papéis atribuídos ao inquérito civil.....	798
25.10.4	Principais características do inquérito civil .....	799
25.10.5	Procedimento preparatório.....	800
25.10.6	Desdobramentos do inquérito civil .....	800
25.10.6.1	Arquivamento.....	800
25.10.6.2	Diligências.....	801
25.10.6.3	Celebração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC).....	802
25.10.6.4	Objeto do TAC.....	803
25.10.6.5	Possibilidade de desarquivamento do inquérito civil....	804

25.10.6.6	Poder de requisição .....	804
25.10.6.7	Poder de notificação .....	805
25.10.6.8	Poder de recomendação .....	805
25.10.6.9	Poder de inspeção e de realização de diligências .....	805
25.10.6.10	Poder de realização de audiências públicas .....	806
25.11	Ação civil pública .....	806
25.11.1	Objeto da ação civil pública .....	808
25.11.2	Natureza jurídica .....	809
25.11.3	Obrigações de fazer, não fazer e de suportar .....	809
25.11.4	Cominação de multas e <i>astreintes</i> na ação civil pública .....	811
25.11.5	Competência funcional territorial .....	813
25.11.6	Antecipação dos efeitos da tutela .....	814
25.11.7	Alcance e efeitos da coisa julgada .....	815
25.12	Ação civil coletiva .....	817
25.12.1	Conceito .....	817
25.12.2	Natureza jurídica da ação civil coletiva .....	819
25.12.3	Objeto da ação civil coletiva .....	820
25.12.4	Fungibilidade das ações coletivas .....	821
25.12.5	Diferenciação entre ação civil coletiva e consórcio multitudi- nário .....	822
25.12.6	Legitimidade ativa .....	825
25.12.7	A legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa dos direitos individuais homogêneos .....	825
25.12.8	Litisconsórcio ativo .....	831
25.12.8.1	Dos legitimados .....	831
25.12.8.2	Dos trabalhadores individuais .....	832
25.12.8.3	Legitimidade passiva .....	833
25.12.9	Competência .....	833
25.12.9.1	Competência material e funcional .....	833
25.12.9.2	Competência territorial .....	834
25.12.10	Tutelas de urgência na ação civil coletiva .....	836
25.12.11	Sentença genérica .....	837
25.12.12	Coisa julgada <i>erga omnes</i> e <i>secundum eventum litis</i> .....	839
25.12.13	O novo Código de Processo Civil e as ações coletivas .....	842

ANEXO – A NOVA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO – LEI 13.429/2017 – UM CHEQUE EM BRANCO AO EMPRESARIADO .....	847
--	-----

REFERÊNCIAS .....	851
-------------------	-----